

# **RISCO COMO UMA CATEGORIA EM CONFLITO NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS EM PERNAMBUCO: reflexões a partir do Complexo Eólico Ventos de São Clemente<sup>1</sup>**

Flora Clarissa Cardim Pimentel (LACC/UPE)

Vânia Fialho (UPE)

**Palavras-chave:** Grandes Projetos; População Local; Risco.

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil os megaempreendimentos pautados na proposta de transição energética são constituídos de uma contradição que põe em confronto projetos, que superficialmente, podem ser aqui distintos como: a) um projeto hegemônico mundialmente em curso impulsionado pelas mudanças climáticas e, b) os projetos de vida das populações tradicionais, que para autores como Parry Scott (2013) e Arturo Escobar (2008), constituem respectivamente em “projetos de lugares” e “projetos alternativos” ou “projetos de resistência”.

Enquanto os defensores do projeto hegemônico defendem a urgente substituição do atual modelo de produção energética (convencional) por modelos que reduzam a emissão de gás carbônico na atmosfera utilizando fontes renováveis disponíveis; as populações tradicionais que têm seu territórios ameaçados ou atingidos pelo empreendimento energético contestam a lógica impositiva como geralmente se dá a implantação de tais projetos, bem como toda a racionalidade que permeia os projetos baseadas nas políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro.

A produção de energia proveniente dos ventos atualmente é responsável por 12,1% do total da energia elétrica produzida no país, ficando atrás da hidroelétrica, que responde por 56,1% (ABEEólica, 2022). A lógica desenvolvimentista explica a rápida e abrupta importância que a energia eólica tem assumido no ranking de matriz energética brasileira, a qual atualmente representa segunda maior fonte energética do Brasil. Em 2006, a energia eólica representava 0,2%, mostrando um crescimento de praticamente 1% (um por cento) ao ano, o que demonstra o investimento político e econômico na energia eólica.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Cabe ressaltar que para o presente estudo é inquestionável a necessidade do investimento em modelos alternativos e múltiplos de produção de energia, contudo é preciso ressaltar as contradições que constituem os empreendimentos, principalmente quando são pautados a partir da lógica capitalista desenvolvimentista e , que em geral, se apresentam impositivas às populações locais, desrespeitando direitos garantidos constitucionalmente, como o direito ao território e às terras tradicionalmente ocupadas, bem como o desrespeito ao direito à oitiva e ao poder de decisão dos povos, conforme assegurada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A crítica aos grandes empreendimentos se torna ainda mais necessária no atual contexto de desmonte das políticas de proteção ambiental, como por exemplo o decreto 10.673/2021 e o Projeto de Lei (PL) 3729/2004. Somado a isto, ainda assistimos à flexibilização do licenciamento ambiental e do sucateamento das instituições responsáveis por fiscalizações ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

Frente a este contexto nacional no trato do Estado às populações tradicionais e à política ambiental, apreende-se que os grandes projetos agregam conflitos explícitos e implícitos, escamoteados pela omissão do Estado e por um discurso validado socialmente, ancorado numa racionalidade ocidental moderna, tecno científica que, no contexto dos grandes empreendimentos eólicos se asseguram no discurso de energia limpa, renovável e sustentável. Enquanto a omissão do Estado aos direitos das populações locais e tradicionais promove um verdadeiro epistemicídio quando impõe a remoção forçada, desapropriando populações tradicionais das suas terras não garantindo o respeito aos seus modos de vida e aos seus saberes; o saber e o discurso científico submetidos à lógica capitalista desenvolvimentista promove o escamoteamento dos vastos riscos atrelados aos empreendimentos eólicos de produção de larga escala, cuja a face mais cruel é a de responsabilizar as pessoas impactadas pelos danos que vivem.

A fim de uma aproximação com o campo dos grandes empreendimentos eólicos e da política de transição energética em curso no Brasil e no mundo, este artigo sintetiza os estudos introdutórios acerca da temática. Nas pesquisas exploratórias e também confirmada pelo senso comum, a energia eólica, bem como o discurso tecnocientífico em

sua defesa são promotores de uma visão romântica da energia eólica que propaga uma imagem de energia limpa, renovável e sustentável e, por vezes, salvacionista da crise energética e solução única para o problema das mudanças climáticas. Tal visão escamoteia sérios conflitos e grave impactos à população cujos territórios servem de loco para instalação destes empreendimentos.

Com o foco no conflito epistemológico que compõe o contexto da complexos eólicos, o estudo buscou analisar a categoria *risco* a partir da retórica tecnocientífica dos defensores dos grandes projetos no contexto de transição energética observando como o argumento de autoridade reforça uma noção parcial acerca da energia eólica.

Metodologicamente o estudo deteve-se as colocações públicas registradas nos sites oficiais de duas agências defensoras de megaprojetos eólicos, a saber: a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEeólica) e a empresa empreendedora Echoenergia, responsável pelo gerenciamento do maior complexo eólico em Pernambuco, o Complexo Eólico Ventos de São Clemente.

Considerando a proposta deste estudo, a análise teve como foco a experiência vivenciada na região agreste de Pernambuco, onde desde de 2016, a população local, sobretudo agricultores familiares, sentem os impactos da instalação do Complexo Eólico Ventos de São Clemente. A partir de matérias jornalísticas, entrevistas em podcasts e documentários realizados pelo sindicato dos trabalhadores rurais da região foi possível apreender como os moradores e a região são afetados pelo empreendimento eólico. Os recursos áudio visuais colaboram para a publicização dos diversos impactos decorrentes do Complexo que, para o presente estudo, foi primordial para apreender a percepção dos moradores da região acerca do referido Complexo, ao qual se sobressai os sentimentos de ameaça, perigo e risco.

Tendo em vista que o risco aparece como uma categoria central nas falas de moradores e moradoras que convivem com aerogeradores e linhas de transmissão em seus territórios, acredita-se que esta pode ser uma categoria importante para compreendermos e alargarmos a visão sobre a energia eólica produzida no modelo desenvolvimentista e mercadológico como se expressa na prática.

Para uma melhor compreensão da proposta deste estudo, a seguir será apresentada a noção de risco a partir teoria construcionista, perspectiva teórica adotada para estudo,

para a qual a o risco é produzido socialmente e é eixo estruturador das sociedades na modernidade.

A segunda parte deste artigo é composta de uma análise da retórica tecnocientífica difundida por agências (científica e empreendedora) defensoras da energia eólica, a partir da qual busca-se evidenciar a retórica ancorada na lógica instrumental da racionalidade moderna ocidental capitalista e as implicações para a pauta ecológica no contexto da transição energética.

A terceira parte deste artigo, apresenta a síntese dos principais impactos do Complexo eólico Vento de São Clemente para as famílias agricultoras nas cidades de Caetés, Pedra e Venturosa, no agreste Pernambuco. Nesta, a noção de risco é evidenciada como central nas falas das famílias, sendo, desta forma tratada como uma categoria central para discussão dos projetos de transição energética nos moldes da produção capitalista.

Por fim, as considerações finais compilam as reflexões empreendidas neste estudo defendendo o *risco* como uma categoria necessária para o debate da transição energética e para a construção modelos alternativos ancorados em outros paradigmas e não apenas o paradigma científico e tecnocientífico. A partir das contribuições dos movimentos sociais, sobretudo ambientalistas e dos grupos atingidos pelos grandes projetos desenvolvimentista, a categoria *risco* se apresenta com potencial de desestabilizar o discurso tecnocientífico, construindo uma visão mais crítica acerca dos empreendimentos eólicos e, assim, disputar o senso comum.

### **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO: a contribuição sociológica de Ulrich Beck para uma noção crítica do Risco**

A perspectiva construcionista do risco foi inspirada nas ideias do sociólogo Ulrich Beck sobre sociedade de risco e modernidade reflexiva, na década de 1980, difundida com a publicação do livro *Modernização Reflexiva*, de autoria sua compartilhada com Anthony Giddens e Scott Lasch.

O ponto de partida da teoria de Beck é o conceito da modernização reflexiva, que advém da continuidade dos processos da modernização autonomizada, surgida de forma autônoma, indesejada e imperceptível. Beck aplica o termo “reflexividade” como correspondente a autoconfrontação com os efeitos do avanço da modernidade, os quais

impõe a atual fase da modernidade riscos que comprometem a sobrevivência da própria sociedade.

A *sociedade de risco* é compreendida como a modernidade na *idade dos efeitos secundários*, isto é, habitamos um mundo fora de controle, onde nada é certo além da incerteza. Para Beck, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia permitiu o progresso econômico das sociedades ocidentais; porém, o fruto desse desenvolvimento contribuiu para a emergência de novos riscos. Na perspectiva deste teórico, o risco define as sociedades modernas. Foi por este motivo que o autor as designou por *sociedades de risco*.

Os riscos aos quais Beck se volta para caracterizar a sociedade de risco são os riscos ecológicos e a precarização da existência. Na modernidade reflexiva, o risco é compreendido como um estado intermediário entre a segurança e a destruição (MENDES, 2016). Na sociedade do risco, a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação. Nesta teoria, o presente não é determinado pelo passado. É o futuro, algo que é construído, um tempo não existente que constrói o presente. Os riscos têm uma dimensão transescalar, sendo sempre locais e globais.

De acordo com Aersa (2010), a expressão *sociedade de risco* designa essencialmente uma condição das sociedades contemporâneas, nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e econômicos tendem, de forma crescente, a escapar à proteção, ao controle e à monitorização da sociedade industrial. Assim, a sociedade de risco se institui mediante a obsolescência da sociedade industrial e se estabelece com base na incerteza e na contingência, as quais ratificam a importância dos saberes científicos e tecnológicos na sociedade de risco.

Para Beck e Giddens, na sociedade de risco não existe nada certo além da incerteza. Para estes teóricos, a atmosfera de imprecisão quanto os acontecimentos futuros decorrem das incertezas fabricadas. A teoria da sociedade de risco compreende uma perspectiva construcionista sobre o risco, uma vez que o risco é compreendido como produto construído socialmente.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento técnico e científico é empreendido como um mecanismo de controle de alguns riscos, contudo, temos outros riscos de consequências devastadoras, com proporção do dano desconhecida, tais como: a proliferação de arsenal bélico sofisticado e de centrais nucleares, a diminuição da camada de ozônio, a poluição ambiental, a modificação genética dos alimentos (transgênicos), os atentados terroristas e o crime organizado seriam bons exemplos. Para os teóricos da

sociedade de risco, são as novas formas de ameaça, associadas à contingência, que desafiam a capacidade dos peritos em tentar compreender os novos cenários de risco e de incerteza, bem como as suas causas, probabilidades e consequências.

Uma das características da sociedade de risco é a democratização dos riscos e os novos riscos mediante a globalização. Para Beck, a ameaça nuclear é um dos exemplos paradigmáticos desta situação, visto que atinge todas as regiões do globo. Paradoxalmente à tendência da democratização do risco, a distribuição social de alguns riscos permanece desigual.

A partir da perspectiva da ecologia política, Beck recusa a separação entre a visão do perito (científica) e a visão do senso comum, afirmando que a consciência dos riscos tem que ser analisada como uma luta entre afirmações concorrentes e sobrepostas de racionalidade. Para Beck, as percepções dos cidadãos comuns quanto aos riscos não são irracionais ou puros problemas de informação, mas sim produtos de processos complexos que definem o que é aceitável, o que é digno, o que está de acordo com as suas maneiras de ser, pensar e agir, ou seja, com as suas identidades (BECK, 1992 apud MENDES, 2016, p. 24).

### **SITUANDO O RISCO NA RETÓRICA TECNOCIENTÍFICA DAS AGÊNCIAS EMPREENDEDORAS DA ENERGIA EÓLICA**

Tendo em vista que, no contexto dos grandes empreendimentos, há diferentes noções acerca de *risco* e que tais noções estão assentadas em diferentes bases epistemológicas, o mesmo é adotado aqui enquanto uma categoria chave para compreender os conflitos advindos do processo de implantação dos empreendimentos eólicos e também desvendar fatores imprescindíveis para um debate mais amplo e honesto no âmbito das iniciativas de transição energética.

Primeiro é preciso considerar que o processo de implantação dos grandes empreendimentos conforma-se em uma arena epistemológica. Nesta, as unidades sociais com suas diferentes matrizes de saberes, ocupando diferentes posições de poder na sociedade, disputam tentando influenciar o caminho das políticas públicas, dos programas e projetos. Assim, temos que no âmbito dos empreendimentos eólicos, os conflitos estabelecidos entre diferentes unidades sociais são permeados por diferentes visões que se tenha do empreendimento (a ser) instalado. Interesses ambientalistas, interesses econômicos, interesses nas promessas de “desenvolvimento” regional (crescimento

econômico e oferta de empregos são os principais motivos) e interesses em manter seus modos de vida são os principais argumentos presentes nos discursos das grupos sociais em disputas.

A noção de risco presente na retórica tecnocientífica das agências favoráveis e empreendedoras dos complexos eólicos está assentada no chamado paradigma do risco. Em geral, o paradigma do risco vale-se da racionalidade instrumental<sup>2</sup>. No contexto da complexidade tecnológica da sociedade industrial contemporânea, este paradigma se expressa através do que o autor Paulo Granjo (2006) chama de “noção probabilística do risco”. Nela a ameaça é considerada como algo mensurável, a qual se pode prever e calcular a probabilidade de ocorrência de um acontecimento desastroso. O uso desta noção tem como objetivos: *a*) uma manipulação quantitativa que a pretende tornar cognoscível; *b*) uma tentativa da sua previsão probabilística; *c*) uma presunção de controle sobre o aleatório (GRANJO, 2006, p. 1169).

Este paradigma é definido por alguns autores como um paradigma de caráter quantitativo e objetivo, fundado em uma abordagem quantificada do tema. O paradigma do risco se constitui como o paradigma hegemônico e se vale do status do saber científico na sociedade de matriz ocidental associada ao setor empresarial para conferir confiança e usufruir de poder.

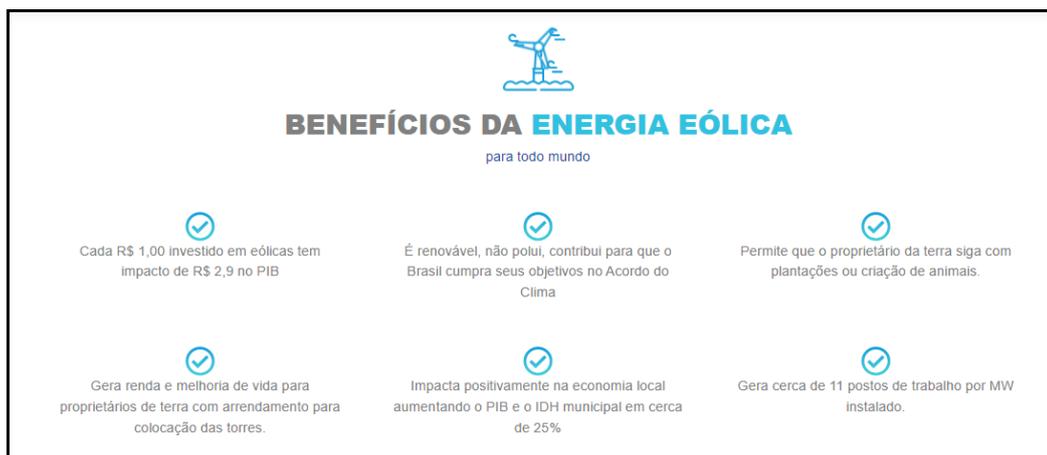
No contexto das políticas de transição energética, temos a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) como uma das agências empreendedoras. Fundada em 2002, a ABEEólica se apresenta como uma instituição “sem fins lucrativos que congrega e representa a indústria de energia eólica no país”<sup>3</sup>. Para a ABEEólica, a energia eólica é defendida enquanto uma fonte limpa, renovável, de baixo impacto ambiental, competitiva e estratégica para a composição da matriz energética nacional. A seguir é possível conferir alguns argumentos defendidos pela ABEEólica.

---

<sup>2</sup> Aqui a racionalidade instrumental é aplicada nos termos de Boaventura de Souza Santos, que explica que a ciência, tal como a conhecemos hoje, foi fundada no racionalismo do método cartesiano, do empirismo baconiano e se consolidou com o positivismo oitocentista. Esta ciência, enquanto um conhecimento específico ancorado na racionalidade moderna, constituiu-se a partir da ruptura com o senso comum. A racionalidade moderna é condicionada a um rigor, ao uso do método, à comprovação, embasamento teórico, causa formal, racionalidade instrumental. (Santos, 1988).

<sup>3</sup> Informações da ABEEólica extraídas do site: <https://abeeolica.org.br>

**Figura : Quadro apresentado no site institucional da ABEEólica nomeado “Benefício da Energia Eólica para todo mundo”**



Fonte: site da ABEEólica, 2022.

O quadro institucional reúne argumentos de teor econômico, ambientalista e social. Expressa a lógica empresarial relativa ao custo benefício entre os investimentos na geração de energia eólica e o Produto Interno Bruto do País (PIB). A pauta ambientalista se apoia no discurso da sustentabilidade, que defende energia eólica como renovável e limpa.

Vale destacar que o informativo dedica a maior parte do seu conteúdo para os argumentos de cunho social. Quatro dos seus seis argumentos versam sobre supostos benefícios à população. Isto demonstra uma mensagem muito mais apelativa, que busca convencer e formar a opinião pública a partir de argumentos que apontem vantagens, tanto para a população diretamente envolvida, quanto a sociedade em geral. Este dado em destaque nos ajuda a entender o que Débora Bronz (2013) já apontou nos seus estudos sobre a geopolítica empresarial no contexto dos grandes projetos revelando que a partir das fissuras do Estado e insuficiências das políticas sociais, as empresas assumem o lugar privilegiado do progresso.

Promessas e vantagens de crescimento produtivo e econômico para os proprietários com arrendamentos para a colocação das torres insinuam contruir uma relação com a população local de apoiadores e coprodutores desta causa ambientalista. Além disso, vale destacar aqui a imagem dos empreendimentos eólicos como empreendimentos que permite que os proprietários de terra sigam com suas atividades habituais e tradicionais.

Tais argumentos merecem ser destacadas a fim de confrontar com as experiências dos moradores posteriormente apresentadas neste estudo.

O quadro a seguir é ilustra as agências empreendedoras elaboram seu discurso e constroem a sua retórica. Fundamentam-se no uso expressões quantitativa, o que confere “confiabilidade” na sociedade e mercado e instrumentalista.

**Figura : Informação institucional da ABEEólica**



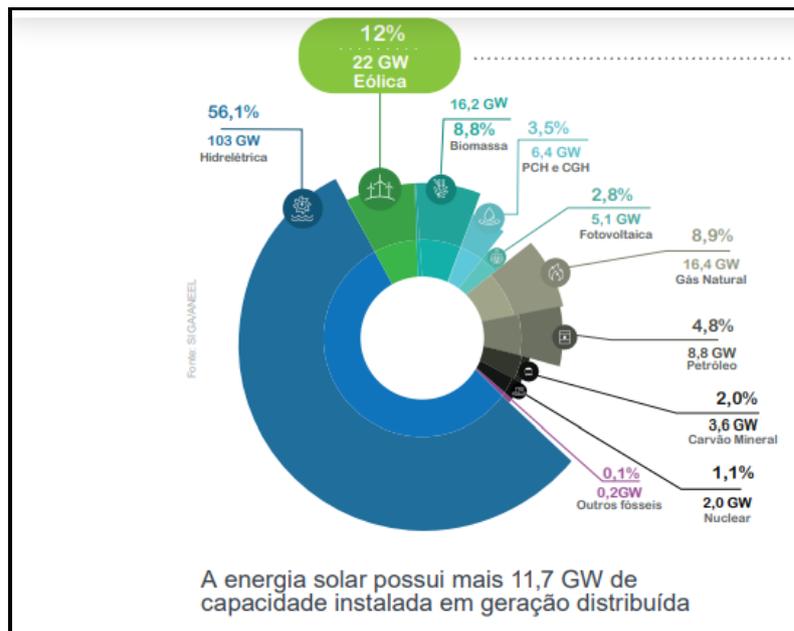
Fonte: site da ABEEólica, 2022.

O rápido avanço da energia eólica na participação da matriz energética brasileira expressa que, de um lado tais argumentos tem sido eficientes em sua proposta de convencimento do senso comum da sociedade em geral, de outro lado, demonstram o poder de influência das agências empreendedoras na política governamental. Isto pode ter relação com um crescimento de praticamente 1% ao ano da fonte eólica no Brasil desde 2006.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) citada por Cassia Miranda (2020), na matriz elétrica nacional, a participação da fonte eólica foi ampliada, passando de 0,2% em 2006 para 1,3% em 2012, 3,5% em 2015 e alcançando 8,3% em 2018 (ANEEL, 2019). Com dados atualizados, temos que a atualmente a energia eólica responde por 12% no quadro da matriz energética nacional.

Segundo a ABEEólica, a energia eólica já responde pela segunda maior fonte na matriz de produção de energia elétrica do país, como mostra o quadro a seguir.

**Figura : Quadro da Matriz Elétrica Brasileira (em GW)**



Fonte: site da ABEEólica, 2022.

Estudiosos e estudiosas críticos dos empreendimentos eólicos de âmbito desenvolvimentista alertam com um “negócio dos ventos”, que nas palavras do professor Heitor Scalabrini Costa:

“[...] em nosso país temos constatado que os “negócios do vento”, dentro da lógica mercantil, onde a energia é uma mera mercadoria, a geração tem ocorrido em larga escala com parques eólicos contendo centenas de máquinas eólicas, e por conseguinte, grandes superfícies de terras ocupadas. As áreas escolhidas são aquelas cujos ventos são mais forte, locais de altitude ou em áreas costeiras.” (FUNDAJ, 2021.)

Ao mapear o sentido do risco na retórica das empresas empreendedoras, no estudo preliminar foi possível conferir a escassa menção ao termo *risco*. Quando identificado, a sua aplicação se restringe a dois sentidos: risco de desastres extremos e riscos de acidentes de trabalho com as pessoas envolvidas em suas atividades nos parques eólicos. Para isto, o estudo buscou analisar as informações institucionais da empresa Echoenergia Participações S.A., atualmente a responsável pelo maior complexo eólico instalada em Pernambuco, Complexo eólico Ventos de São Clemente, que será melhor caracterizado mais adiante.

Com base no documento institucional intitulado *Política de Segurança, Saúde e Meio Ambiente*, a empresa apresenta seu compromisso social com vistas a evitar os riscos

de acidentes de trabalho e ambientais e ou mitigá-los. Diante do breve documento, constituído de apenas uma página, acho conveniente apresentá-lo integralmente para a presente análise e para uma maior confrontação com a experiência relatada pelos moradores arrendatários das terras para instalação dos aerogeradores nos terrenos.

A Echoenergia se apresenta da seguinte forma no documento:

A Echoenergia Participações S.A. é uma empresa que implementa e opera projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis e através desta política estabelece seu compromisso com a segurança e saúde das pessoas envolvidas em suas atividades e com a qualidade do meio ambiente. Em todas suas operações a Echoenergia coloca as pessoas no centro de suas prioridades, além disso, tem a convicção de que a saúde e a segurança constituem um valor. O respeito ao meio ambiente é uma premissa para a Echoenergia, seja em suas atividades ou em sua cadeia de abastecimento. (ECHOENERGIA)

Vale salientar que o referido documento atende aos requisitos dos organismos internacionais para comprovar o compromisso da empresa com as questões sócio ambientais e seguir a tendência de modelos da administração na atualidade. Assim, segue a apresentação do documento:

**Diante disso, a alta direção da Echoenergia estabelece os seguintes compromissos:**

- Cumprir todos os requisitos legais aplicáveis às questões de segurança do trabalho, saúde e meio ambiente;
- Estabelecer relacionamentos construtivos com clientes, agências reguladoras, comunidade e outros grupos de interesse de forma a gerar colaboração, cooperação e entendimento mútuo;
- Considerar que todo o acidente é evitável e perseguir um ambiente de trabalho livre de acidentes;
- Estabelecer e comunicar os objetivos e as metas relacionadas à segurança do trabalho, saúde e meio ambiente, medir e informar nosso progresso, buscando sempre a melhoria contínua do nosso desempenho;
- Assegurar que todos os acidentes, quase acidentes ou condições que possam causar acidentes, sejam comunicadas, analisados e tenham a devida tratativa para prevenir lesões às pessoas e impactos ao meio ambiente;
- Garantir que todo funcionário, prestador de serviço ou visitante exerça o direito de recusa de trabalho diante de uma situação de risco;
- Fornecer a todos os funcionários a formação necessária nas capacitações e técnicas necessárias para um desempenho satisfatório em suas atividades, principalmente no que tange as normas de segurança do trabalho, saúde e meio ambiente;
- Identificar, avaliar e tomar ações para eliminar, controlar ou minimizar os riscos e impactos socioambientais de suas atividades.

(ECHOENERGIA, 2022.)

Diante o exposto, temos que as empresas empreendedoras da energia eólica se apresentam como defensoras de um progresso sustentável, fundamentado no uso da

energia limpa e renovável. A segunda empresa apresentada trata o risco em seu sentido restrito a acidentes de trabalho com pessoas que trabalham nas empresas e aos danos à saúde e impactos ao meio ambiente. Sobre estes últimos, no documento a empresa não expressa os danos à saúde de forma objetiva, nem os aponta os prováveis impactos ao meio ambiente de maneira concreta. Desta forma, o risco é apresentado de maneira pontual e, ambientalmente e socialmente, definido de forma vaga.

## **RISCO COMO UMA CATEGORIA EMERGENTE NO CONTEXTO DO COMPLEXO EÓLICO VENTOS DE SÃO CLEMENTE EM PERNAMBUBO**

Em 2016 a região agreste de Pernambuco recebeu a instalação do maior complexo eólico do estado. O Complexo Ventos de São Clemente é composto de oito parques eólicos pelos quais estão distribuídos 126 aerogeradores em uma área de 3.700 hectares envolvendo os municípios Caetés, Pedras, Venturosa e Capoeiras (ECHOENERGIA, 2022). Os Parques eólicos são ligados à linha de transmissão 230 KV, Sub-Estação São Clemente e Sub-Estação Garanhuns II, que tem extensão de 43,4 Km (quarenta e três vírgula quatro quilômetros) e envolve outros municípios, tais como Caetés, Jucati, Garanhuns e São João. Vale registrar que em 2016, a empresa responsável pela instalação do Complexo foi a empresa cearense Casa dos Ventos Energias Renováveis S/A. A partir de 2017, a empresa britânica Echoenergia assumiu a gestão do Complexo eólico Ventos de São Clemente.

A população moradora na região que abriga o Complexo eólico em tela, bem como as famílias arrendadas, constitui-se de agricultores que vivem e têm seu trabalho dependente da terra. É verdade que, inicialmente, os Parques eólicos dividiram a opinião pública da população local, contudo com o passar dos anos de convivência com os empreendimentos eólicos, os prejuízos e danos foram revelados de forma mais concreta à saúde humana, sobre a mudança no usufruto do território, com o impacto sobre as produções agrícolas e pecuárias entre outros danos manifestados ao longo do tempo.

Dentre os problemas ocasionados para as famílias rurais da região, aqui destacaremos alguns já apontados anteriormente em outros meios de comunicação. Dentre eles, está o problema à saúde mental provocado pelos constantes ruídos e sombras decorrentes do trabalho dos aerogeradores que impactam à saúde do sono, gera o estresse,

provocando uma quantidade significativa de relatos de casos de ansiedade e depressão, bem como o aumento do uso de remédios controlados e ansiolíticos.

O impacto sobre a saúde mental de moradores e moradoras dos terrenos arrendados é responsável pela saída compulsória das famílias de suas casas, relatando a perturbação do sossego no nível de comprometer a saúde física e mental de moradores.

Outro motivo que provoca a saída compulsória das famílias é o impacto sobre as estruturas das suas casas que causam grandes rachaduras decorrentes dos abalos no solo. As rachaduras geram insegurança à permanência das famílias, as quais não contam com soluções definitivas para o caso e preferem se mudar a aceitar a alternativa de constantes reformas executadas pela Echoenergia como estratégia mitigadora.

Os impactos sobre as produções das famílias agricultoras também merecem ser aqui destacados a fim de confrontar o argumento propagado pelas empresas empreendedoras de que as famílias produtoras “podem permanecer com suas plantações e criações de animais” nos terrenos onde tem aerogeradores instalados.

Em entrevistas e documentários, as famílias rurais apontam a estagnação no desenvolvimento de plantações. Relatam também casos de abortos e abandono de filhotes por parte das fêmeas. Além disso, também relatam a diminuição do leite dos caprinos e diminuição na produção de ovos, de pintos e o desaparecimento de abelhas nativas da região.

Tais impactos recaem diretamente sobre a condição sócio econômica de produtores e produtoras rurais, que atribuem os motivos dos impactos ao estresse provocado pelos constantes barulhos, ruídos e alteração no solo.

Estas experiências das famílias já afetadas pelo Complexo eólico Ventos de São Clemente em Pernambuco, bem como outras experiências negativas vivenciadas pela população em outros estados no nordeste brasileiro, tem fomentado uma percepção de ameaça, perigo e risco para população cuja região é avaliada para ampliação de Parques eólicos, como se vê entre os moradores da cidade Brejo da Madre de Deus também no agreste de Pernambuco, cidade conhecida como capital da agroecologia.

Moradores e produtores rurais do Brejo da Madre de Deus retratam a preocupação que sentem diante das visitas técnicas ao local. Com base nas falas de produtores e produtoras agrícolas, a produção de energia eólica representa uma ameaça à fauna e flora. Sentem receio dos impactos do empreendimento eólico sobre as nascentes de rios presentes na região, ainda vivos devido aos resquícios de Mata Atlântica e aos Brejos de Altitudes.

As colocações das famílias produtoras agrícolas impactadas pelo empreendimento eólico demonstram uma percepção acerca destes empreendimentos associadas a um sentimento de ameaça que as impediriam de seguirem seus modos de vida, suas produções e também seus “projetos de vida”, nos termos de Scott (2013).

A realidade vivenciada estas famílias agricultoras impactadas na região agreste não pode ser compreendida de forma desvinculada do conceito de “descaso planejado” desenvolvido por Scott (2012) no seu estudo no contexto que agricultores familiares são afetados pela construção da barragem do sertão de Itaparica. No fragmento a seguir o autor explica:

Descaso planejado é um termo deliberadamente acusatório e provocador, cujo uso sinaliza um reconhecimento que já está consagrado nas instruções de documentos de planejamento de grandes obras de desenvolvimento. Invariavelmente há duas ordens de objetivos de grandes obras. A primeira está calcada em termos de objetivos de ordem maior que favorecem o alcance de metas mensuráveis em índices de produção associadas à ideia de desenvolvimento, costumeiramente justificada com referências gerais a grandes contingentes de populações beneficiadas. A segunda ordem de objetivos, citada obliquamente, diz respeito à população que será atingida diretamente pelas obras propostas e que precisa de “medidas mitigadoras” para amenizar as suas perdas. Por mais que haja esforços de retraduzir os objetivos de segunda ordem em um linguajar de benefícios diretos, essas medidas terminam por entrar nos balancetes das obras como custos, e não como benefícios, do projeto. (SCOTT, 2012, p. 122)

Importa saber que as diversas noções de risco constituem abstrações desenvolvidas a partir da compreensão que se tenha sobre ameaça ou que se considere como um fator de ameaça. Ameaça é aqui aplicada nos termos de Paulo Granjo (2006), que a define como

qualquer factor passível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que a sua existência seja percebida, ainda que de forma vaga. Por outras palavras, [...] próprios factores potencialmente agressivos, na sua existência objectiva, independentemente dos quadros cognitivos que sejam utilizados para os classificar, interpretar ou submeter a uma determinada ordem. (GRANJO, 2006, p. 1168)

Desta forma temos que as famílias produtoras buscam avaliar e classificam estes riscos a partir das experiências que vivenciam ou que observam em relatos próximos. Cumpre aqui considerar que este contexto de conflito envolve disputas de narrativas. Assim como as empresas se presta a uma imagem de guardiãs do progresso e da sustentabilidade ambiental, a população impactada pelos projetos de cunho desenvolvimentista, se constituem em unidades sociais em mobilização e elaboram nas

suas narrativas buscando impactar e disputar a orientação das políticas e projetos que possam lhes afetar. Estudos anteriores já demonstraram as populações e povos tradicionais da região de Pernambuco impactados ou ameaçados por obras e projetos desenvolvimentistas elaboram e definem a imagem de tais obras e projetos do Estado e dos grandes empreendimentos enquanto “projeto da morte”, aquele que ameaça e traz o risco à sobrevivência das populações (Scott, 2009, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto uma aproximação a nível introdutória acerca da temática do risco no contexto dos grandes empreendimentos eólicos, este estudo não permite apresentar conclusões definitivas, mas conforma-se em um caminho adotando a categoria *risco* como uma chave interpretativa das relações em disputas, sobretudo na questão ambiental.

A noção de risco presente na retórica tecnocientífica negligencia os impactos socioculturais e territoriais provocados pelos grandes projetos, tendo como centro do risco a preocupação com a ocorrência de “desastres ambientais” e “desastres tecnológicos”, configurados em eventos extremos e acidentes de trabalho. De forma geral, a ideia de risco apresentada no documento oficial de uma das empresas analisadas neste trabalho aparece de forma vaga.

Comparando o discurso tecnocientífico com os argumentos das famílias afetadas pelo Complexo eólico Ventos de São Clemente, percebe-se a falta de transparência na retórica discursiva das empresas e entusiastas da produção de energia eólica em lar ga escala. Desta forma, o discurso tecnocientífico embaraça a compreensão do senso comum sobre a produção de energia eólica, escamoteando o caráter desastroso dos grandes projetos que afetam a vida das populações locais.

Importa notar que as populações locais protagonizam o papel de contestadoras dos projetos de transição energética nos moldes dos grandes projetos capitalistas. Uma vez que acionam a sua desconfiança e a percepção de ameaça, sentimentos de medos acerca dos grandes projetos, acionam a categoria *risco* para reclamar e questionar a imagem das empresas como “agentes privilegiados do progresso”.

Pôr em relevo as diferentes perspectivas de riscos e as considerações das populações locais atingidas pelos grandes projetos energéticos nos possibilitam

problematizar tais empreendimentos no contexto brasileiro e latino americano, possibilitando sendas para a construção de propostas mais democráticas, viáveis e justas e também desestabilizar o discurso ecológico pregados nas estratégias discursivas das empresas e entusiastas dos grandes empreendimentos eólicos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AEROSA, João. **O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante.** Revista Angolana de Sociologia. Núm. 5 e 6, Junho-Dezembro, 2010; Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2010. p. 11-33.

BECK, Ulrich. **A reinvenção da política.** In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott (Org's). Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Maria Amélia Augusta. Oeiras, Portugal, Editora Celta, 2000, p. 01-52.

MENDES, José Manuel. **Sociologia do Risco. Uma breve introdução e algumas lições.** Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/38055> >

CARDOSO, Adalto Lucio. **Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro.** Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2006, p. 27-48.

GRANJO, Paulo. **Quando o conceito de risco se torna perigoso.** Revista Análise Social, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLI, n. 181, 2006. p.1167-1179. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218723740D5bIY1dm1Zi12UQ1.pdf>> Acessado em: 09 de set de 2017.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado/** Parry Scott. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. **Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco.** In: Zhouri, Andrea (org.) Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília, DF: ABA, 2012.

COSTA, Heitor Scalambini. <https://antigo.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/a-propaganda-enganosa.pdf>

## **REFERÊNCIAS ÁUDIO VISUAIS**

**A ARMADILHA DA ENERGIA EÓLICA: os impactos desses grandes empreendimentos em Pernambuco. disponível em:<  
[https://www.youtube.com/watch?v=IeQ2UA\\_3v\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=IeQ2UA_3v_8)**